

# O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPA - 2004-2007) EM MATO GROSSO DO SUL: PERSPECTIVAS E CONTRADIÇÕES

João Ferreira<sup>1</sup>  
Adáuto de Oliveira Souza<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Segundo a concepção oficial, o objetivo do Governo Estadual (José Orcírio Miranda dos Santos (PT, 2003/2006) era fazer do Plano Plurianual de Investimentos para o Mato Grosso do Sul (PPA – 2004/2007) um sólido instrumento democrático de planejamento capaz de dar lastro à ação governamental no rumo de promover as mudanças e aprofundamentos necessários ao modelo de desenvolvimento sul-mato-grossense. Para atingir este objetivo, o referido Governo apresentou a proposta de construção do seu Plano Plurianual de Investimentos (2004/2007), como sendo o instrumento ordenador das políticas e programas a serem implementados no próximo quadriênio, a partir das seguintes diretrizes: desenvolvimento sustentável; desenvolvimento da cidadania e desenvolvimento da gestão pública.

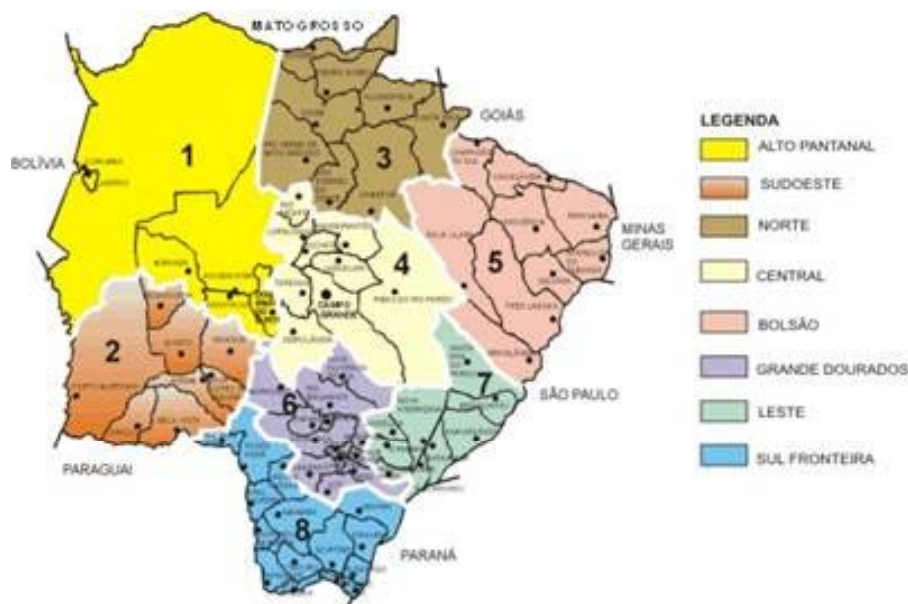
O Governo se propôs a trabalhar com as particularidades econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais de cada uma das 08 (oito) regiões de planejamento já delimitadas pela SEPLANCT/MS, em 2000. À saber: Grande Dourados, Sul-Fronteira, Leste, Central, Bolsão, Norte, Alto Pantanal e Sudoeste, conforme podemos visualizar na Figura 01:

Figura 01 – MATO GROSSO DO SUL - Regiões de Planejamento

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de geografia e aluno de iniciação científica UFMS. j\_erreira@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Prof. Dr. - souza.a@uol.com.br



Fonte: SEPLANCT, 2002.

Tais regiões foram estabelecidas, em 2000, pelo Instituto de Estudos e Planejamento IPLAN/MS com a finalidade de elaborar os Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável.<sup>3</sup> Nessa perspectiva, a diversidade regional seria encarada como um ativo para combater o problema das desigualdades regionais e sociais, pautando o crescimento econômico e a sustentabilidade social.

Analisamos o Plano Plurianual de Investimentos 2004-2007 (PPA) tendo como área de análise a Região da Grande Dourados, pois o estudo do processo em uma região específica permitiu-nos compreender os aspectos da totalidade do processo de planejamento estadual. Por outro lado, essa delimitação geográfica de área de análise, Grande Dourados, se enquadra no projeto de pesquisa “Diagnóstico sócio-econômico dos municípios da Bacia do Médio Ivinhema/MS: subsídios para o desenvolvimento regional” e, que tem como objetivo geral analisar as transformações sócio-econômicas-ambientais nos municípios da Bacia do Médio Ivinhema (MS) e mais especificamente analisar as ações e intervenções do poder público nas escalas municipal, estadual e federal nessa região. Dessa forma, consideramos importante analisar a política de planejamento estadual para os municípios dessa região.

Com tais pressupostos, os objetivos dessa pesquisa constituíram-se em caracterizar as diretrizes básicas do processo de elaboração do Plano Plurianual de Investimentos (PPA 2004-2007), para o Mato Grosso do Sul, bem como identificar os projetos que a sociedade organizada consideraria prioritários para o desenvolvimento dos municípios da Região da

<sup>3</sup> No limites desse trabalho não analisaremos os critérios utilizados para a referida delimitação territorial estabelecida em Mato Grosso do Sul para fins de planejamento regional. Para tal empreitada, consultar: Dantas, 2003.

Grande Dourados, analisando do ponto de vista geográfico, as possíveis repercussões de tais projetos no espaço e na sociedade regional.

### **Plano Plurianual de investimentos: breve esboço histórico**

Instituído pela Constituição Federal de 1988<sup>4</sup>, o Plano Plurianual é um plano de investimentos que abrange um período de quatro anos e tem que ser elaborado e logo após, apresentado pelos governos – nos seus diferentes níveis - Federal e Estadual, ao Poder Legislativo, até o final de agosto do primeiro ano de sua administração. Por sua vez, o Poder Legislativo tem até o fim do referido ano parlamentar para examinar, discutir, alterar ou não e votar a proposta enviada pelo Executivo.

Isso significa dizer que, todo ocupante do cargo Executivo, assume e administra o primeiro ano de sua gestão com o orçamento elaborado pelo Governo anterior.

Seguindo o preceito constitucional brasileiro foram executados no período de 1988 a 2003, quatro Planos Plurianuais de Investimentos: o PPA (1989/1991); o PPA (1992/1995); o PPA (1996/1999) e o 2000/2003. Até então a Lei dava autonomia para o Poder Executivo elaborar e executar o referido Plano, sem fazer nenhuma consulta a sociedade.

Com aprovação pelo Congresso Nacional da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000<sup>5</sup>, houve algumas mudanças nas normas para a elaboração de planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos visando propiciar uma maior transparência e participação por parte da sociedade, na elaboração e execução dos referidos planos de investimentos. O artigo 48, do capítulo IX determina que:

*São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.*

O mesmo Artigo, no seu parágrafo único, reza que:

*A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os*

---

<sup>4</sup> Artigo 165 - Estabelece normas para elaboração e execução dos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e orçamentos anuais.

<sup>5</sup> LEI COMPLEMENTAR N° 101, 04 de maio de 2000. Presidência da República. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. In: [www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br)

*processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.*

Seguindo as diretrizes da nova Lei, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, iniciou a elaboração do PPA (2004-2007), tendo como principal diferencial em relação a outros planos realizados anteriormente, a “convocação” da sociedade para participar da elaboração do seu plano plurianual de investimentos.

### **O processo de elaboração do Plano**

A pretensão do Governo de Mato Grosso do Sul era estabelecer um modelo de desenvolvimento estrategicamente capaz de compatibilizar crescimento econômico, distribuição de riqueza, justiça social, respeito ao meio ambiente e participação democrática.

Dessa forma, o objetivo do Governo estadual, era consolidar o Plano Plurianual de Investimentos para o Mato Grosso do Sul (PPA 2004-2007), como um sólido instrumento democrático de planejamento capaz de dar lastro à ação governamental no rumo de promover as mudanças e aprofundamentos necessários ao modelo de desenvolvimento sul-mato-grossense. Assim a elaboração do PPA (2004-2007), apontava para um planejamento participativo.

*Podemos afirmar com certeza que o Governo Popular de Mato Grosso do Sul está entre os que mais desenvolvem políticas públicas que efetivamente chegam ao desenvolvimento econômico e social. Estamos ampliando a inclusão social e implantando um novo modelo de gestão administrativa, que visa a participação popular e o desenvolvimento, através da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao levarmos o planejamento do Estado até a sociedade, queremos estimular a democratização das ações governamentais e incluir nos rumos do governo os projetos prioritários sob a ótica da população (...). Portanto, participação é a palavra de ordem, que deverá reger as principais atividades deste plano.<sup>6</sup>*

O Governo se propôs ainda a trabalhar com as particularidades econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais de cada uma das 08 (oito) regiões de planejamento em Mato

---

<sup>6</sup> Governador José Orcirio Miranda dos Santos, na apresentação do PPA 2004-2007. In: MATO GROSSO DO SUL, Governo de. **Construindo o novo Mato Grosso do Sul**. Campo Grande : SEPLANCT, 2003. p.25.

Grosso do Sul. Nessa perspectiva, os projetos de investimentos seriam elaboradas, segundo as particularidades regionais:

*a diversidade regional será encarada como um ativo para combater o problema das desigualdades regionais e sociais, pautando o crescimento econômico e a sustentabilidade social.*<sup>7</sup>

Sobre essa problemática o acompanhamento realizado sobre seu processo de elaboração, permite perceber que à sociedade não seria envolvida de forma tão intensa, como apregoava inicialmente o discurso oficial.

*O Governo realizará oito audiências públicas regionais sobre o PPA, para que a sociedade conheça os projetos do Governo de forma antecipada, até para saber se é isso mesmo o que ela deseja.*<sup>8</sup>

Analisando a operacionalização dessa proposta governamental, percebe-se que a sociedade não participaria efetivamente da elaboração dos projetos. Constata-se assim, que os projetos apenas seriam levados ao seu conhecimento, para que se pudesse dizer na audiência pública se as propostas apresentadas pelo Governo atendiam ou não seus anseios.

Foto 01

---

<sup>7</sup> MATO GROSSO DO SUL, Governo de. **Construindo o novo Mato Grosso do Sul**. Campo Grande : SEPLANCT, 2003. p.25.

<sup>8</sup> Paulo Duarte, Secretário de Coordenação Geral do Governo do Estado. "PPA: Governo pretende proporcionar emprego e desenvolvimento" In: [www.apn.ms.gov.br](http://www.apn.ms.gov.br). 13 de agosto de 2003.



Aspectos da audiência pública realizada em Dourados. Foto: [www.apn.ms.gov.br](http://www.apn.ms.gov.br) 13.09.03.

Assim, à Secretária Estadual de Planejamento, Ciência e Tecnologia (SEPLANCT/MS), órgão responsável pela elaboração do referido Plano, no intuito de ouvir a opinião da sociedade nas diferentes regiões de planejamento, realizou além de uma audiência inaugural, mais oito audiências públicas, uma em cada região, entre os dias 19 de agosto e 12 de setembro de 2003.

### **As Audiências Públicas: procedimentos e contradições**

A programação adotada para a realização das audiências públicas não contemplou - devido ao escasso tempo dedicado as discussões - seus principais objetivos, que segundo o próprio Governo seria propiciar a oportunidade para a sociedade conhecer, discutir e dar seu parecer sobre as propostas governamentais. Dizemos isso porque parece muito difícil que numa Audiência de apenas um dia, com apenas duas horas e meio dedicada ao debate, possa-se chegar a uma conclusão sobre quais os setores de investimentos deveriam ser priorizados. A elaboração de um plano de investimentos é um processo complexo e conflituoso, que envolve disputas, tanto política, como econômica e social, portanto, entende-se que o tempo dedicado à participação da sociedade deveria ser maior.

Acompanhando à audiência pública realizada na cidade de Dourados, percebemos que a maior parte do tempo não foi dedicada para a discussão dos projetos, e sim para palestras, discursos de autoridades, apresentações culturais e mesmo alimentação.

Foto 02



Apresentação cultural durante a audiência pública em Dourados.

Foto: [www.apn.ms.gov.br](http://www.apn.ms.gov.br) 09.09.03

### **Os procedimentos de operacionalização das audiências**

Os participantes foram divididos em três Grupos de Trabalhos (GT), para discutir as três diretrizes básicas apresentadas pelo Governo: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento da cidadania e desenvolvimento da gestão pública. Cada grupo (GT) foi dividido em quatro ou cinco subgrupos dependendo do número de participantes e as discussões se deram da seguinte forma: foram apresentados para cada grupo de trabalho, alguns desafios que teriam de ser enfrentados pelo Governo nos próximos quatro anos.

Por exemplo, no Grupo (GT) que tinha como tema para discussão a diretriz do “desenvolvimento sustentável” foram apresentados sete desafios; para o Grupo que tratava sobre “desenvolvimento da cidadania” foram apresentados nove desafios e para aquele que tinha como tema o “desenvolvimento da gestão pública”, foram apresentados seis desafios. Depois de discutirem esses desafios os participantes tinham quatro opções: manter, suprimir, alterar, ou inserir um novo desafio.

No nosso entender, o que mais dificultou a participação da sociedade na elaboração do Plano, além do pouco tempo dedicado para a discussão dos desafios propostos, foi que,



na realidade, os desafios apresentados pelo Governo tratavam de discussões gerais – tanto em escala geográfica como setorial - dificultando a discussão das particularidades de cada região. Como exemplo podemos citar um dos desafios apresentados na diretriz do desenvolvimento da cidadania: “fortalecer a cidadania com a garantia dos direitos humanos”.

O Governo, no entanto, não colocou em discussão com a sociedade durante a audiência pública, como isso se realizaria em cada uma das regiões. Quais seriam as particularidades de cada região de planejamento? Particularidades estas, que serviram de justificativa para a regionalização das discussões, pois, os desafios apresentados para uma determinada região, foram os mesmos apresentados para todas as demais regiões, desconsiderando, portanto, as desigualdades regionais existentes.

Após estas propostas terem sido apresentadas, discutidas e algumas delas modificadas ou até mesmo suprimidas pela sociedade nas 08 (oito) Audiências Públicas realizadas, constatou-se no documento final elaborado pelo Governo foi que as propostas que constavam no documento são as mesmas que haviam sido apresentadas pela Secretaria de Planejamento no início das discussões, sem contemplar nenhuma modificação.

#### **Algumas prioridades contidas no Plano**

Segundo a concepção oficial, o maior problema enfrentado pelo Mato Grosso do Sul atualmente é concentração de renda, pois apesar da sua economia, a partir de 1980 ter crescido acima da média nacional, cerca de 2,5 % ao ano e, o PIB ter crescido cerca de 4 % ao ano, a economia durante este período não se diversificou.

Verifica-se que durante este período que a economia estadual se baseou principalmente no binômio boi-soja e que este binômio ainda prevalece atualmente na economia sul-mato-grossense. A cultura da soja em 2000 foi responsável por dois terços de toda a produção de grãos, como mostra a Tabela 01.

Tabela 01 - Participação por cultura na produção de grãos no Estado em 2000

Soja	65 %
Milho	27 %
Arroz	4 %
Algodão	3 %
Trigo	1 %
Feijão	0.3 %

Fonte: IBGE *apud* SEPLANCT (2003).

Já a pecuária bovina possuía cerca de vinte e dois milhões e quinhentos mil unidades em 2001, sendo responsável pelo maior rebanho animal de Mato Grosso do Sul.

Esta expansão produtiva baseada no boi e na soja se deu através da grande propriedade e, da concentração de renda. Concentração fundiária na qual o tamanho médio da propriedade em 1996, era de 626 hectares enquanto a média nacional é de 72 hectares, como mostra a Tabela 02:

Tabela 02 –Estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul

Grupo de Área Total	Período					
	1980		1985		1996	
	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área	Estabelecimentos	Área
0 - 20	18.731	142.695	20.618	145.354	14.240	112.037
20 –100	11.247	499.929	13.048	589.710	12.683	564.807
100 – 1000	12.034	4.489.243	14.674	5.406.314	15.423	5.992.676
1000 – 5000	4.465	9.658.768	5.056	10.618.680	5.803	11.983.312
5000– 10.000	751	5.167.478	702	4.825.928	690	4.694.074
Mais de 10.000	506	10.785.618	457	9.522.824	409	7.595.866
Sem Declaração	109	-	76	-	175	-
<b>Total</b>	<b>47.943</b>	<b>30.743.731</b>	<b>54.631</b>	<b>31.108.816</b>	<b>49.423</b>	<b>30.942.772</b>

Fonte: Censos Agropecuários de 1980, 1985 e 1996 – IBGE *apud* SEPLANCT (2003).

Segundo o censo agropecuário do IBGE (1996), os pequenos produtores representavam 28% da população rural ocupando 0,4% das terras, enquanto que os grandes proprietários representavam 13% e detinham 54% das terras de Mato Grosso do Sul.

Esta situação faz com que a reforma agrária e o apoio aos agricultores familiares sejam apontados pelo governo estadual como prioridades pelo Governo Estadual que, aponta esses instrumentos como sendo capazes de gerar empregos no campo e promover a reestruturação fundiária.

*O Estado vai investir para promover a reestruturação do perfil fundiário do Estado, através do apoio a implantação e consolidação dos assentamentos rurais, áreas indígenas e unidades de produção familiar.<sup>9</sup>*

<sup>9</sup> MATO GROSSO DO SUL, Governo de. **Construindo o novo Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SEPLANCT, 2003, p.29.

Nesse contexto, o Governo incluiu nesse plano de investimentos os programas: “Tupã I”, que visa a regularização fundiária das comunidades afro-descendentes e o apoio às comunidades indígenas na produção de subsistência, tais como, a lavoura, o plantio de hortas e pomares e a criação de animais de pequeno e médio portes; o programa “Terra Nova”, no sentido de apoiar em conjunto com o Governo Federal a implantação de assentamentos rurais, apoiar a regularização de áreas indígenas, quilombos e pequenas propriedades rurais de agricultura familiar e adquirir e financiar bens e serviços destinados a melhoria da infra-estrutura de assentamentos rurais e o programa “MS Solidário” que também visa o apoio a reforma agrária e a agricultura familiar, totalizando os valores de R\$: 1.648.109; R\$: 18.558.818 e R\$: 88.937.865 - cada um respectivamente.

Apesar do binômio boi-soja prevalecer na produção sul-mato-grossense, alguns setores produtivos como a suinocultura e a avicultura tiveram uma sensível melhora a partir de 1996 como mostra a Tabela 03:

Tabela 03 - Pecuária de Mato Grosso do Sul: rebanho por cabeça

<b>Efetivos</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>
<b>Bovinos</b>	19.754.356	20.982.933	21.421.567	21.576.384	22.205.408	22.619.950
<b>Suínos</b>	508.813	558.039	613.543	638.895	681.189	739.480386
<b>Ovinos</b>	346.431	354.860	359.601	368.484	378.131	386.767
<b>Eqüinos</b>	318.140	330.243	336.020	339.600	345.901	349.900
<b>Bubalinos</b>	10.799	17.620	16.677	17.067	17.445	17.697
<b>Aves</b>	10.972.000	126.578.654	16.633.556	17.113.183	18.778.898	22.237.108

Fonte: IBGE *apud* SEPLANCT (2003).

Dessa forma a agroindústria principalmente a de aves e suínos entre 1998 e 2002 também apresentou uma considerável expansão, se destacando os frigoríficos com um crescimento de 45%; a indústria de laticínios com 62 estabelecimentos em funcionamento em 2002 e as usinas de álcool e açúcar com um crescimento de 22,9% e 56,4%, respectivamente nesse período.

Este crescimento que também é percebido em outros setores da indústria deu-se principalmente através da intensiva política de incentivos fiscais implantada a partir de 1999 pelo Governo estadual.<sup>10</sup> A Tabela 04 mostra a evolução dos estabelecimentos industriais em Mato Grosso do Sul, no período de 1998 e 2002.

<sup>10</sup> Sobre essa temática, consultar: SOUZA (2002).

Tabela 04 – Número de estabelecimentos industriais por ramo de atividade em MS

<b>Setor de atividade industrial</b>	<b>Nº de empresas em 1998</b>	<b>Nº de empresas em 2002</b>
Produtos alimentícios	853	697
Diversas	482	528
Minerais não-metálicos	310	402
Tecidos vest. Calçados e artefatos	220	284
Madeira	212	308
Editorial e gráfica	183	316
Metalúrgica	177	223
Mobiliário	146	142
Couros, peles e produtos similares	55	55
Indústria química	55	69
Perfumaria, sabões e velas	35	30
Mecânica	26	8
Transportes	23	21
Materiais plásticos	22	24
Mat. elétricos e de comunicação	20	18
Têxtil	18	28
Bebidas, álcool etílico e vinagres	17	28
Papel e papelão	16	18
Prod. Farmacêuticos e veterinários	14	11
Borracha	4	8
<b>Total</b>	<b>2.888</b>	<b>3248</b>

Fonte: Secretaria de Receita e Controle *apud* SEPLANCT (2003).

O setor agroindustrial é outro setor que o Governo mostra disposição em incentivar durante o período abrangido por este Plano, através dos programas de Gestão das Cadeias Produtivas e Desenvolvimento do Setor Industrial, pois apesar do aumento verificado neste setor nos últimos anos, a maior parte da produção estadual ainda é exportada sem nenhum ou com pouco valor agregado.

*O desenvolvimento das chamadas cadeias produtivas depende fundamentalmente do seu adensamento e da capacidade de inovação tecnológica. Por isso o Estado estimulará a implantação de instalações e processos de industrialização de suas matérias primas agrícolas e minerais e prover instrumentos científicos e tecnológicos capazes de dar-lhes competitividade.*<sup>11</sup>

<sup>11</sup> MATO GROSSO DO SUL, Governo de. **Construindo o novo Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SEPLANCT, 2003, p.29.

O turismo também é um dos setores de atividades econômicos que serão priorizados neste período, pois o Governo Estadual concebe-o como um grande potencial de geração de emprego e renda.

*O fortalecimento do turismo sob a ótica de uma cadeia produtiva com alto potencial de desenvolvimento e compromissada com a sustentabilidade, também apontara para o rumo da geração de emprego e renda para uma significativa parcela da população que hoje se encontra a margem do mercado consumidor<sup>12</sup>.*

No entanto essa disposição do Governo em incentivar o setor produtivo estadual esbarra-se na falta de infra-estrutura, fundamentalmente, nos transportes e energia. Dessa forma, estes dois setores deverão ser os que receberão a maior parte dos investimentos no que diz respeito à infra-estrutura.

*Em termos de infra-estrutura, o Estado vai priorizar as obras com maior impacto na economia com ênfase na solução de gargalos verificados. A interligação de todos os 77 municípios por rodovias pavimentadas e a conclusão de obras inacabadas integrarão a agenda dos investimentos públicos prioritários no período abrangido pelo PPA.<sup>13</sup>*

A interligação de todos os 77 municípios sul-mato-grossenses através de estradas asfaltadas e a recuperação da malha ferroviária deverão, segundo o Governo, integrar a agenda de investimentos governamentais no quadriênio abrangido pelo PPA. Nesse setor há previsão de investimentos no montante total de R\$ 975.010.792 como mostra a Tabela 05.

Tabela 05 - Distribuição de investimentos em infra-estrutura por programas

Ord	Programas	TOTAL PREVISTO	
		2004	PPA
01	Operacionalização e segurança das vias do sistema multimodal	13.526.300	61.463.491
02	Programa de implantação de terminais de cargas e aeródromos	10.469.600	47.573850
03	Manutenção e expansão de corredores rodoviários do sistema multimodal	548.000	2.490.118

<sup>12</sup>MATO GROSSO DO SUL, Governo de. **Construindo o novo Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SEPLANCT, 2003, p.31.

<sup>13</sup> MATO GROSSO DO SUL, Governo de. **Construindo o novo Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SEPLANCT, 2003, p.29.

04	Infra-estrutura, construção e manutenção do sistema rodoviário e próprios públicos	96.059.100	436.492.405
05	Desenvolvimento do sistema rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul	96.968.100	426.990.928
<b>Total de recursos previstos</b>		<b>217.571.100</b>	<b>975.010.792</b>

Fonte: SEPLANCT, 2003.

Essa decisão governamental de investir em transportes é uma necessidade que a própria economia capitalista exige para aumentar sua fluidez. Sobre esta temática, Santos & Silveira (2001, p.261) argumentam:

*Uma das características do presente período histórico é, em toda parte, a necessidade de criar condições para maior circulação dos homens, dos produtos das mercadorias, do dinheiro, da informação, das ordens etc. Os países distinguem-se, aliás, em função das possibilidades abertas a essa fluidez.*

O Governo de Mato Grosso do Sul está inclusive viabilizando junto ao Governo Federal e também do Paraguai, da Argentina, do Chile e possivelmente da Bolívia a interligação física do Brasil a esses países por uma rota biocênica, interligando o Brasil ao Oceano Pacífico passando por Mato Grosso do Sul.

Constatamos que a viabilização dessa rota bioceânica pelo modal ferroviário já está em curso, contando com três frentes de recuperação da Ferrovia Novoeste no seu trecho brasileiro - entre Bauru (SP) e Corumbá (MS). O governo sul-mato-grossense está reivindicando a ampliação do número dessas frentes no intuito de inaugurar o referido trecho até novembro de 2004. Portanto, como já mencionamos há uma concepção oficial de que “A integração física é fundamental para assegurar a integração econômica e cultural com nossos vizinhos”.<sup>14</sup>

Apesar do Governo de Mato Grosso do Sul ressaltar a importância da rota bioceânica para integração econômica e cultural do Brasil com seus países vizinhos entendemos que esse desejo manifesto de integração é muito mais de natureza econômica do que cultural. Segundo Benjamin et al.1998:

*Para aumentar sua fluidez, o capital sempre buscou lidar com povos e espaços os mais homogêneos possíveis, sem especificidades, sem diferenciações, sujeitos a serem enquadrados em uma contabilidade abstrata e em estratégias amplas de produção e consumo pradoxais.*

<sup>14</sup> “Integração: governador desembarca quarta-feira em Assunção” In: [www.apn.ms.gov.br](http://www.apn.ms.gov.br) 21.06.2004.

Até porque na maioria dos discursos governamentais<sup>15</sup> percebemos que a justificativa principal que inclusive busca legitimar os empreendimentos e os investimentos realizados é a alternativa de se criar um caminho mais curto – do Atlântico para o Pacífico - para o mercado asiático.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de expansão industrial, principalmente da agroindústria através do aproveitamento das cadeias produtivas, da agricultura familiar, dos pequenos produtores e do turismo são apontados como os setores de atividades econômicas a serem priorizados pelo Governo durante o período de abrangência do PPA.

Dessa forma verifica-se que as propostas apresentadas pelo Governo no início da discussão foram contempladas no documento final do Plano Plurianual de Investimentos, porém chega-se à constatação de que o processo relativo à discussão com a sociedade por ocasião de sua elaboração, de forma regionalizada deixou muito a desejar. Ademais, as indicações feitas pela sociedade não foram contempladas no documento final elaborado pela SEPLANCT/MS.

O Governo parece ter desconsiderado as sugestões feitas pela sociedade durante o processo de discussão do Plano, o que nos parece invalida sensivelmente todo o processo democrático pregado pelos discursos oficiais.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, C. et al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

DANTAS, O. “Plano de Desenvolvimento da Região Sul-fronteira: Nova Perspectiva de Planejamento em Mato Grosso do Sul” In: **Revista de Geografia**. Nº. 18, Campo Grande, 2003, p. 39-43.

MATO GROSSO DO SUL. Governo de. **Construindo o novo Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: SEPLANCT, 2003.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOUZA, A. O. **A estratégia dos distritos industriais como instrumento do desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**. São Paulo: USP, Tese (Doutorado), 2002.

## SITES CONSULTADOS:

---

<sup>15</sup> A rota bioceânica é, nesse contexto, estratégica para as exportações se fortalecerem a partir das vendas para o mercado asiático, uma vez que uma saída para a produção nacional pelos portos do Pacífico diminuiria em pelo menos sete mil quilômetros a distância a ser percorrida até o extremo oriente. E o Mato Grosso do Sul vai buscar se credenciar como um agente de estruturação desta nova configuração logística, dada sua privilegiada posição numa perspectiva geopolítica e geoeconômica de cooperação e integração sul-americana. Mato Grosso do Sul, Governo de. 2003, p. 30.



([www.planejamento.gov.br](http://www.planejamento.gov.br))

([www.apn.ms.gov.br](http://www.apn.ms.gov.br))